

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História  
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

**OS MITOS POLÍTICOS DO ESTADO NOVO NOS DISCURSOS DE ALBERTO  
FRANCO NOGUEIRA**

Gustavo Souza de Deus

PPGHIS-UFRJ

[gustavo.sdeus@hotmail.com](mailto:gustavo.sdeus@hotmail.com)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Quem foi Franco Nogueira

O Estado Novo<sup>1</sup> de António Oliveira Salazar<sup>2</sup> foi, antes de tudo, um dispositivo de controle sócio-político, cujo objetivo perene era encontrar o caminho da modernização econômica sem esbarrar no da revolução (ROSAS, 2012). Portanto, é compreensível que muitos de seus quadros tenham sido recrutados entre as elites portuguesas; principalmente a militar, a acadêmica e a econômica.

Enquanto garantidora da ordem social – e crítica da “balbúrdia” partidária da Primeira República<sup>3</sup> – a política salazarista foi marcada pelo “princípio aristocrático” (HENRIQUES et al, 2007, p. 400), guia efetivo de Portugal em assuntos internos e quiçá em suas relações exteriores, enquanto o Estado Novo vigeu. Deste modo, o governo português era um antro de personagens com trajetórias múltiplas, mas que se familiarizavam pela origem privilegiada e formação elitista. Tais eram os quadros de um instrumento de manutenção estrutural; tal era o *habitat* onde Alberto Franco Nogueira rondava o topo.

Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira veio ao mundo em berço tradicional e muito bem localizado na sociedade lusitana. Nascido em 17 de setembro de 1918, ele era filho de António Victor Gorjão Nogueira, juiz de Direito, e de Maria Theodolinda Aida Fonseca Franco. Seu avô paterno, Domingos de Almeida Fernandes, também havia sido jurista e foi no Direito onde o futuro ministro português escolheu renunciar os grandes exploradores e conteve-se, momentaneamente, em mares conhecidos, até licenciar-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em julho de 1940 (LUCENA, 2015, p. 140).

Escritor da principal biografia de Franco Nogueira, o sociólogo Manuel de Lucena realçou as ligações estabelecidas por ele no ambiente universitário: *inter alia*, foi co-autor de um capítulo de Direito Constitucional com João de Melo Franco, futuro juiz do

---

<sup>1</sup> O Estado Novo português durou de 1933 a 1974.

<sup>2</sup> António de Oliveira Salazar (1889-1970) foi um ditador nacionalista de Portugal, além de professor de Economia Política e Finanças.

<sup>3</sup> A Primeira República Portuguesa durou de 1910 a 1926.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Supremo Tribunal de Justiça, em obra do professor Rocha Saraiva; exerceu a função de comissário administrativo da Associação de Estudantes, criada em 1938 pelo próprio ministro da Educação Carneiro Pacheco; além das relações advindas de participação nos círculos culturais do país.

A contenção de Franco Nogueira ao meio jurídico estava fadada a ser momentânea. Pelo que suas atividades como crítico literário indicam, ainda durante o licenciamento, o jovem acadêmico padeceu de profunda apreciação pelas artes, pela história e pela literatura (NOGUEIRA, 1954). Nestas atividades extracurriculares, a heterodoxia de suas inclinações políticas torna-se evidente. Por exemplo: Manuel de Lucena classifica a amizade que o futuro ministro de Salazar manteve com o ilustrador Manuel Ribeiro de Pavia, nome da oposição, como “*sui generis*, mas profunda e em todo caso duradoura” (LUCENA, 2015, p. 140). Em 1958, Franco Nogueira já era diplomata de considerável distinção para o Estado Novo quando ajudou a organizar, na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), uma exposição em homenagem ao amigo de tempos universitários, falecido de pneumonia e em severa penúria no ano anterior (LUCENA, 2015, p. 140).

Entre a vocação insatisfeita pelas artes e a escolha ambiciosa por tornar-se um homem do império, defensor prolífico do colonialismo lusitano, há um longo percurso de formação e descoberta. Contudo, o discurso político de Franco Nogueira é, desde muito cedo, afeito ao cosmopolitismo e à moderação. Seu longo equilíbrio entre intelectuais de esquerda e jantares com líderes do regime denuncia uma convicção de liderança que não se fartava com as hierarquias e buscava a sofisticação das artes e das cátedras.

### ***Make Portugal Great Again***

Indivíduo de consciência humanista e profunda curiosidade intelectual, Franco Nogueira era também um personagem bem posicionado na ordem social que o Estado Novo ajudou a proteger. Neste ponto, o diplomata não ficou longe dos muitos outros aristocratas que governaram Portugal por boa parte do século vinte. Estes quadros, quase invariavelmente afeitos à manutenção de privilégios, seriam vocais defensores de medidas autoritárias sempre que ameaçados pelas ebulições sociais que marcaram a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

história contemporânea. Destarte, a percepção elitista de risco e decadência engendrou radicalizações arbitrárias, legitimadas por narrativas históricas sobre a essência nacional e discursos populistas a respeito de complôs estrangeiros.

Stanley Payne, na obra *Portugal's First Republic in comparative perspective*, asseverou que o elitismo foi uma das principais marcas da primeira República portuguesa, experimento que, segundo o autor, teria tendido mais ao “encolhimento” da participação política do que à sua “democratização” (PAYNE, 2012, p. 18). O historiador prosseguiu em definir o fervor nacionalista deste período como uma “combinação de radicalismo limitado e exclusivismo político” (PAYNE, 2012, p. 21). Estas talvez sejam as raízes mais imediatas do “princípio aristocrático” (HENRIQUES et al, 2007, p. 400), tão importante para a cultura política do Estado Novo de Salazar. Não obstante, a manutenção de exclusividades numa estrutura social foi também uma motivação eficaz para os movimentos reacionários que a seguir encerrariam a experiência republicana.

Stuart Hall abordou questões similares do ponto de vista cultural e identitário, estabelecendo, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, uma relação direta entre a formação das identidades pós-modernas e o abalo nos quadros de referência que concediam aos indivíduos sua posição estável na sociedade (HALL, 2002, p. 14). A crença nas essências nacionais, que tanto marcaria a primeira metade do século vinte, foi qualificada pelo sociólogo como nada mais que fantasiosa. Entretanto, mesmo sendo ameaçados pelo surgimento desta “multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”, os mitos que compuseram as identidades nacionais foram uma das fontes mais notáveis de estabilidade social e preservação de hierarquias durante o Estado Novo (HALL, 2002, p. 14).

Para os personagens que lideravam a política portuguesa de então, os mitos nacionais eram constantemente o centro da crítica ou do elogio; o principal fator de legitimação ou vitupério. Tal concepção é corroborada pelo historiador António de Oliveira Marques, que entende que a República teria surgido e triunfado em Portugal sob as bênçãos de dois grandes mitos: o da “pátria decadente” e o da possibilidade de um “ressurgimento” com instituições adequadas à lusitanidade (OLIVEIRA MARQUES, 2000, p. 294). Em outras palavras, os grupos republicanos de então acreditavam

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representar a mera consequência da “evolução histórica portuguesa”, cuja característica essencial e cronológica havia sido o fortalecimento irresistível daquelas instituições (OLIVEIRA MARQUES, 2000, p. 294). O fato de o regime instaurado em 1910 estar isolado numa Europa ainda predominantemente monárquica apenas ajudou a reforçar a idéia de singularidade<sup>4</sup>.

Contudo, o imaginário político-nacional português ainda estava longe de encerrar sua versão própria de um *risorgimento*. Assim como a República havia construído mitos de recuperação do curso original da história, o Estado Novo também levará adiante o que Fernando Rosas chama de “mito palingenético”: o discurso da Renascença portuguesa; e o “mito da essência ontológica”: discurso de que o salazarismo não era apenas mais um regime, e sim o genuíno curso da história pátria (ROSAS, 2012, p. 323). O historiador entende que tanto a Ditadura Nacional<sup>5</sup> quanto o advento do salazarismo foram fenômenos narrados como uma ruptura salvadora; uma interrupção na decadência da vida pública lisboeta, que a partir de então estaria apta a retornar ao seu curso original como guia do mais puro interesse português (ROSAS, 2012, p. 323).

## O Mito das Conjurações

Como uma vez escreveu Eric Hobsbawm, o contexto político do pós-Segunda Guerra Mundial foi profundamente marcado pela “política da revolução e da contrarrevolução” (HOBSBAWM, 2012, p. 200). Este seria, em todo caso, o cenário onde Alberto Franco Nogueira e outros dirigentes do Estado Novo construiriam temas como o interesse nacional e a essência portuguesa, em diálogos que precisavam ser balizados por percepções comuns das que seriam as novas ameaças globais. Esta ideia é partilhada por Ana Mónica Fonseca e Daniel Marcos, defensores de que o Estado Novo enquadrava “o processo de resistência à descolonização como uma questão da Guerra Fria” (FONSECA e MARCOS, 2014, p. 114). Ademais de constituições - *soi-disant* - contrarrevolucionárias, é patente como os discursos de Franco Nogueira se

---

<sup>4</sup> Na Europa de antes da Primeira Guerra Mundial, apenas Portugal, Suíça e França eram grandes Repúblicas.

<sup>5</sup> A Ditadura Nacional foi instituída no dia 28 de maio de 1926 e vigorou até o início do Estado Novo de António de Oliveira Salazar, em 1933.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

assemelhavam aos *topoi* clássicos do Populismo, já em voga desde os anos 1930, a começar pela ideia de conjura contra a nação.

A arcádica área populista está dominada pelo pesadelo de perenes conjuras. (INCISA, 2010, p. 982).

No verbete sobre o Populismo do *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, o cientista político e diplomata italiano Ludovico Incisa escreveu que os discursos populistas seriam inflamados pelo estado de “conjuração permanente”, em que o elemento “povo”, determinado “histórica, territorial e qualitativamente”, deve ser mobilizado pela representação de um elemento extrínseco; o “não-povo” (INCISA, 2010, p. 982). Admite-se ainda que este elemento extrínseco seja a menção de um grupo doméstico ao Estado-nação, acusado de inconfidência, ou alusões a perfídias estrangeiras. Destarte, um dos mitos mais revisitados pelos discursos de Franco Nogueira é, exatamente, o de uma conspiração anti-lusitana, armada por forças inicialmente obscuras que utilizariam os plenários das Nações Unidas para articular a destruição de Portugal e o enfraquecimento do Ocidente. Se tal narrativa é presente já no começo de seu ministério, sua forma apenas ganharia mais precisão à medida que novos desafios apareciam.

No dia 7 de agosto de 1961, em meio ao turbilhão de adversidades que se abateram sobre Lisboa naquele ano, Franco Nogueira concedeu entrevista ao jornal *O Globo*, momento em que inicia uma série de longas *paidatras*<sup>6</sup> pela mobilização geral – em Portugal ou alhures - contra uma ameaça global. Ao abordar os eventuais cenários para as difíceis relações do Estado Novo com as Nações Unidas, o ministro acusou a organização de usar “uma medida dupla para tratar de diferentes problemas, consoante respeita a um ou a outro país” (NOGUEIRA, 1965, p. 7). Tamanha denúncia de parcialidade institucional seria revisitada em outras ocasiões e acabaria por tornar-se, ao lado da Reforma Constitucional de 1951, a principal justificativa para a inadimplência portuguesa quanto às suas obrigações de metrópole colonial.

---

<sup>6</sup> *Paidatra*: tradição política indiana em que um líder caminha em meio ao povo para mobilizar seus apoiadores.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Dois meses depois, no momento em que as tensões com Nova Déli aumentavam, Franco Nogueira concedeu uma coletiva de imprensa após desembarcar em Nova Iorque. Endereçando-se a emissoras americanas de rádio e de televisão, o dirigente português fez uma justaposição entre o modo como a luta do Estado Novo contra o “terrorismo ao norte de Angola” era o centro das atenções da ONU, enquanto havia pouca monta nas críticas à União Indiana pela brutalidade com que frustrou a autodeterminação do povo Naga (NOGUEIRA, 1965, p. 9). Tomando em conta o momento histórico em que a comparação foi feita, a escolha da Índia não parece ser fruto de eventualidade. Neste caso, o diplomata retorna às denúncias de conjurações internacionais, ao mesmo tempo em que enfatiza uma imagem violenta dos indianos. Em seguida, Franco Nogueira traduz sua acusação ao bojo da Guerra Fria, lembrando o episódio da Sublevação Húngara de 1956, quando a Sociedade Internacional falhou em conter o massacre de estudantes magiares por tropas do Pacto de Varsóvia (NOGUEIRA, 1965, p. 9). E afirma:

Pode dizer-se com fundamento que os quinze anos de vida da organização têm correspondido ao retrocesso da verdadeira independência dos povos e ao cerceamento dos direitos humanos. (NOGUEIRA, 1965, p. 9).

Na mesma coletiva de Nova Iorque, realizada no dia 3 de outubro de 1961, o ministro português voltou a abordar o descumprimento, por parte de Lisboa, das requisições feitas pela ONU. Segundo ele, o fato de Portugal submeter-se ou não ao escrutínio da organização era irrelevante, por conta de uma ameaça maior que sempre considerará latente, mas que ainda descrevia com pouca precisão. Tratar-se-ia de um “expansionismo imperialista”, que pretendia alargar-se com a anexação dos “territórios do ultramar” e “enfraquecer ainda mais o Ocidente”, satisfazendo o propósito imediato de “destruir a Nação Portuguesa” (NOGUEIRA, 1965, p. 10).

Futuramente, suas denúncias seriam feitas no plenário do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando, no dia 24 de julho de 1963, o Ministro fez duras críticas a uma suposta predileção da Organização por problemas portugueses (NOGUEIRA, 1963, p. 10). O fato de que tais apreciações tenham sido elevadas ao Conselho de Segurança tem

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

grande peso diplomático, o que outra vez comprova a oficialidade de um discurso tipicamente populista como âmbito da política externa do Estado Novo. Ao fazê-lo, Franco Nogueira acusa ainda a emergência de uma espécie de legislação internacional paralela, nunca acordada por Estados soberanos, mas que estaria sendo imposta a alguns deles de modo explicitamente unilateral:

Durante os últimos anos, temos assistido à criação de um novo conceito de legalidade, ao aparecimento de uma nova concepção da lei que rege os assuntos internacionais, de uma nova estrutura legal que passou a orientar a vida, pelo menos em alguns aspectos, da comunidade internacional. E o mais interessante é que essa nova noção de legalidade internacional funciona apenas numa direção, visando somente atingir uma finalidade, para benefício de um só. (NOGUEIRA, 1963, p. 10).

Mesmo quando falava de temas extra-europeus, como a situação geral africana, o ministro português era afeito às mesmas denúncias conspiratórias. Ao realizar outra conferência de imprensa, desta vez em Lisboa e no dia 30 de setembro de 1963, Franco Nogueira descreveu o estado caótico em que se encontravam os países recém independentes, concluindo que as situações que listava não poderiam coadunar com o interesse dos povos africanos (NOGUEIRA, 1965, pp. 57 e 58). Haveria, portanto, um “plano sistemático” induzindo o continente a retrocessos sociais e humanitários, cujas operações seriam subterrâneas à aparência de solidariedade e cooperação.

Tudo isto parece obedecer a um plano sistemático cuja autoria não se afigura ser africana. Por isso alguns órgãos da imprensa internacional, designadamente em França e na Inglaterra, têm nos últimos tempos expresso as suas desconfianças e suspeitas quanto ao que se passa nos subterrâneos da política africana. (NOGUEIRA, 1965, pp. 57 e 58).

A narrativa de uma grande conjuração global servia para retirar o protagonismo nativo das independências africanas. Ao reiterá-la seguidas vezes, Franco Nogueira, além de eximir moralmente os portugueses de suas cobranças coloniais, parece almejar pôr em xeque a própria noção de autodeterminação, arvorada pelas Nações Unidas. Noutra

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conferência em Lisboa, no dia 27 de novembro de 1963, o ministro garantiu que o Estado Novo cumpria todas as obrigações que lhe eram razoáveis atribuir (NOGUEIRA, 1965, pp. 66 e 67). Quanto às requisições que não diminuam, sê-lo-ia devido à intransigência de um bloco africano títere daqueles mesmos conspiradores.

[N]ós esclarecemos, elucidamos, pormenorizamos, fornecemos todos os dados e elementos: mas mais uma vez se verificou que o problema não é este: o problema está em se nos exigir que satisfaçamos integralmente as imposições do bloco africano, ou as ambições daqueles outros não africanos mas que estão por detrás do bloco africano e que agem a coberto deste e para fins seus. (NOGUEIRA, 1965, pp. 66 e 67).

Foi exatamente ao abordar a segurança da África que Franco Nogueira pôde desenvolver com mais detalhes o que considerava ser parte desta grande conjuração global. Em outra conferência de imprensa na capital portuguesa, no dia 4 de fevereiro de 1964, o ministro externou sua atenção para com a crise em Zanzibar, ilha situada na costa oriental africana, perto da fronteira norte de Moçambique<sup>7</sup>. Os zanzibari haviam obtido independência como um sultanato em 1963, após terem vivido sob protetorado britânico desde 1890<sup>8</sup>. No ano seguinte, o Partido Afro-Shirazi, de inspiração marxista-leninista, foi bem-sucedido em tomar o poder e forçar o sultão ao exílio, desencadeando um processo violento, particularmente para minorias árabes. Neste contexto, Franco Nogueira atentava para o fato de que a ilha havia solicitado auxílio militar para a vizinha Tanganica, que logo enviou um contingente de policiais. Sua preocupação era que tal precedente, que também ocorria entre os ingleses e suas ex-colônias, poderia vir a legitimar a presença de militares soviéticos em regiões consideradas de alta sensibilidade (NOGUEIRA, 1963, p. 69).

Zanzibar transformou-se oficialmente numa República Popular, e isso por um processo que não se afigura conforme a pureza

---

<sup>7</sup> No dia 26 de abril de 1964, o movimento marxista-leninista de Zanzibar uniria a ilha à Tanganica para formar a Tanzânia.

<sup>8</sup> Exceto pelo período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a ilha de Zanzibar foi ocupada pelos otomanos.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos princípios institucionais e às tradições políticas de que alguns países da Comunidade Britânica legitimamente se orgulham. [...] Consideremos, por exemplo, que Zanzibar, além da força policial que recebeu emprestada do Tanganica, pode pedir ainda a intervenção das forças militares da União Soviética: parece difícil negar a estas a mesma legitimidade que se concede no Tanganica ou Kenya às forças de outros; e não se vê que meios políticos ou legais se possam agora invocar para barrar o caminho de África a elementos militares soviéticos. (NOGUEIRA, 1963, p. 69).

Esta preocupação de Alberto Franco Nogueira não era de todo infundada e ganhou uma forma mais palpável após o desenrolar da Crise dos Mísseis em Cuba. Com apenas alguns anos de idade, a revolução que começou na Sierra Maestra havia tomado rumos que não apenas a aproximaram de Moscou, mas que, em 1962, quase desencadearam a abertura de hostilidade entre as duas maiores potências nucleares do planeta, com balísticas e militares soviéticos em pleno Caribe. Deste modo, fica evidente a hipótese de Ana Mónica Fonseca e Daniel Marcos, sobre como o Estado Novo enquadrava “o processo de resistência à descolonização como uma questão da Guerra Fria” (FONSECA e MARCOS, 2014, p. 114). Torna-se igualmente patente a maneira como a ansiedade elitista e contrarrevolucionária do Estado Novo ganhou medos mais concretos à medida que uma crível revolução global ganhava terreno nos trópicos.

A política mundial do pós-1945 foi basicamente a política da revolução e da contrarrevolução com problemas nacionais intervindo apenas para realçar ou perturbar o tema principal. (HOBSBAWM, 2012, p. 200)

Não seria, portanto, coincidência que a década de 1960 tenha sido marcada tanto pela crescente projeção do exemplo cubano na África quanto pelo longo conflito de Portugal contra movimentos revolucionários e independentistas. Paulo Fagundes Vizontini, por exemplo, defende que o Governo de Ernesto Geisel, que durou de 1974 a 1979, tenha justificado sua investida diplomática em países africanos, *inter alia*, como uma forma de equilibrar a influência política de Cuba no Atlântico Sul (VIZENTINI, 2018, p. 362).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Este contexto de grandes venturas para o lado socialista da Guerra Fria fortaleceu em Franco Nogueira a impressão de conjura permanente, contra a qual se deveria mobilizar o sentimento nacional para uma luta sem quartel. Ademais, segundo a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, o risco da revolução foi, notadamente, uma constante motivação para o contrato conciliador que foi o Populismo (CAPELATO, 2001, p. 93).

### **Referências bibliográficas**

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. In. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, Ana Mónica et MARCOS, Daniel. *Portugal, a RFA e a França: o apoio internacional e a questão colonial portuguesa*. in. JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). *Portugal e o fim do Colonialismo: dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HENRIQUES et al. (orgs.). *Salazar: Pensamento e doutrina política. Textos Antológicos*. Lisboa: Verbo, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

INCISA, Ludovico. *Populismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Organizadores). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2010.

LUCENA, Manuel de. *Os lugares-tenente de Salazar*. Lisboa: Alétheia Editores, 2015.

NOGUEIRA, Franco. *Jornal de Crítica Literária*. Lisboa: Portugália, 1954.

NOGUEIRA, Franco. *A política de Portugal em relação à África*. Rio de Janeiro: Embaixada de Portugal, 1963.

NOGUEIRA, Franco. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1965.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

OLIVEIRA MARQUES, António de. *Da Monarquia para a República*. In. TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PAYNE, Stanley G.. *Portugal's First Republic in comparative perspective of Its Era*. In. PINTO, António Costa. *The Portuguese Republic at One Hundred*. California: Institute of European Studies of the University of California, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A África no mundo bipolar*. In. JORGE, Nedilson. *História da África e Relações com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2018.